

“Quintal é rei em casa de Português” – Jardins e hortas em contexto migratório

ISABEL LOPES CARDOSO

CHAIA / Centro de História da Arte e Investigação Artística, Universidade de Évora
isalopescardoso@gmail.com

Resumo

Com este artigo venho partilhar aspectos de uma reflexão em curso sobre as transformações da paisagem através da migração e, decorrentes destas, as transformações das percepções e da representação da paisagem. O texto assume um carácter exploratório e o seu título – “Quintal é rei em casa de Português” – remete directamente para uma das cinco situações que exporei uma a uma, para depois tecer alguns considerandos sobre o papel destas hortas e destes jardins no percurso migratório das populações referidas, aquilo que representam para estes jardineiros/hortelões, e as questões que se colocam hoje, ao nível de uma paisagem urbana marcada pelas migrações.

Palavras-Chave: Quintal; hortas; jardins; e/imigração; migrações; memoryscape; identidade; paisagem

C'est le point de vue qui crée le "fait"; celui-ci n'existe qu'en fonction de l'intention (qui peut n'être qu'une intuition) théorique qui le rend remarquable: "Ouvrir une nouvelle série d'aperçus historiques, c'est presque toujours créer une série de documents négligés jusque-là, ou montrer dans ceux qui étaient déjà connus ce qu'on n'avait pas su y voir." (Renan, 1859: 122-123)

1. MEMORYSCAPE

Pouco ou nada sei sobre jardins. Porém, como qualquer Lisboaeta da minha geração, trago na retina os inúmeros quintais e jardins que polvilham a cidade desde o tempo em que “com o natural aumento da população se (foi) reduzindo o espaço das quintas e das hortas” (Oliveira, 1963/64: 24). Ao procurar literatura sobre estes espaços verdes, deparei com um texto analítico de Joaquim de Oliveira sobre *O Velho da Horta*, de Gil Vicente. Esclarece o autor que é num dos quintais intramuros, numa dessas “belas hortas” lisboetas quinhentistas, que a “paradisiaca serpente”, por elas atraída, se vem “enroscar no vigoroso tronco da macieira do afrodisíaco pomar do “Velho”. Relembre-se o argumento da farsa, delineado por Gil Vicente (Oliveira, 1963/64: 15):

Esta seguinte farsa é o seu argumento que um homem honrado e muito rico, já velho, tinha uma horta; e andando uma manhã por ela esparecendo, sendo o seu

hortelão fora, veio uma moça de muito bom parecer buscar hortaliça, e o velho em tanta maneira se namorou dela que, por via de uma alcoviteira, gastou toda a sua fazenda. A alcoviteira foi açoutada, e a moça casou honradamente. Entra logo o velho rezando pela horta.

Assim, é na horta que o *Velho* vai “espairecer”, admirar a Natureza, ao contacto do ar livre; é ali, no meio de flores e de frutos nas árvores, entre os produtos hortícolas variados, que recolhe para rezar. “À semelhança do quadro evangélico, em que Jesus Cristo procurava a solidão no Horto para recolhimento na oração, no sítio onde fora atraído pela proximidade de Judas, afigura-se-nos que o *Velho* inicia os mesmos passos na *Horta* da sua casa, quando se aproxima(m) dele, naquela manhã inundada de sol, a *luxúria* e a *ambição* que o levam ao sacrifício cruciante do seu martírio.” (Oliveira, 1963/64: 25) Espaços de recolhimento e de oração face à adversidade, hortos, hortas e jardins são, ao mesmo tempo, lugares em que o indivíduo se confronta consigo próprio (a adversidade é, também, interior) e se des-cobre, se situa no tempo e com isso se projecta no mundo.

Como já disse, trago estas hortas na retina. Como trago na retina – e, portanto na mente, na paisagem da minha memória – outras hortas ou até campos, desta feita os da cidade do Porto, o meu segundo pólo referencial em terras lusas – a minha cidade-campo. Qual não foi o meu espanto quando, em meados de 1980, encontrei outras tantas hortas e quintais – e campos, até – portugueses na grande metrópole que é Paris e para a qual entretanto me mudara. Não possuo fotografia da primeira couve-galega que vi em França, mas recordo-me perfeitamente da localização geográfica da casa (Épinay-sur-Seine, na *banlieue* Norte de Paris) e do aspecto exterior da vedação através da qual vislumbrei o vegetal: um murete de alvenaria, pintado de bege, com uma vedação em madeira que tapava a vista para o interior da propriedade, mas onde uma frincha atraiu o meu olhar; e foi através dela que descobri o *meu* primeiro quintal português em terras gaulesas. Lembro-me, também, da sensação experimentada de surpresa inicial, logo comutada em bem-estar ao associar esta visão às paisagens de hortas e quintais lisboetas e portuenses inscritas na minha *memoryscape* (Nuttall, 1992).

Desde então, passei a prestar uma atenção consciente a estes espaços e lugares. Contrariamente aos franceses, que na parte da frente da casa dispunham um jardim e nas traseiras a horta, nos anos 1960-70 os portugueses plantavam hortas e quintais em todo o redor da casa. Só mais tarde, a partir da década de 1980, apareceriam os primeiros espaços mistos nos arredores de Paris, com a adopção do jardim na parte da frente da casa, à francesa, embora ainda com alguns legumes à mistura; ou os primeiros espaços separados, com o jardim na parte da frente e a horta nas traseiras. Assim, de couve-galega em couve-galega, fui descobrindo a imensa rede de portugueses que, entre finais da década de 1950 e meados da de 1970, para lá tinha emigrado, em massa, durante o Estado Novo, fugindo da miséria e das guerras coloniais. Durante o trabalho de investigação sobre o imaginário e a história das casas dos ‘Portugueses de França’ (Cardoso, 2009), em boa parte efectuado junto dos

serviços de urbanismo das localidades seleccionadas para a realização do levantamento de centenas de casas nos arredores de Paris e de Clermont-Ferrand, e sempre que quis – inspirando-me nos ensinamentos de Georges Duby (2001) – confirmar, no terreno, os dados colhidos nos arquivos camarários, o elemento vegetal revelar-se-ia um índice precioso da presença de portugueses nas casas cujas plantas inventariara.

Entretanto decorreram quatro anos desde a defesa da tese e as hortas e quintais sobre as quais afinal pouco ou nada escrevi até à data - à parte algum apontamento na tese e um artigo na revista *História* (Cardoso, 2001) - não me deixaram sossegada. Um estado de alerta reforçado ao qual não é alheio o actual trabalho de investigação em torno dos discursos, imagens e representações da paisagem portuguesa (olhares de dentro e de fora) na historiografia, nas artes e na literatura, à luz das migrações (Cardoso, 2012a). Proponho ao leitor partilhar cinco situações – ou casos de estudo – distinta(o)s no espaço e no tempo e que formam uma trama evocadora da importância ética e estética que as hortas e jardins assumem em diferentes contextos migratórios. A última parte do texto contextualiza as cinco situações na história mais geral da e/i/migração portuguesa e analisa alguns aspectos da reflexão em curso sobre *memoryscape*, paisagem e identidade.

2. HORTAS, JARDINS E IDENTIDADES RECONFIGURADAS

2.1. CRÓNICAS DA CALIFÓRNIA (SÉCULO XIX-XX)

Em 1978, em *Portugueses na Califórnia*, o autor e jornalista Helder Pinho compilava um conjunto de reportagens que havia publicado no jornal *A Capital*, “sobre a vida dos emigrantes lusitanos na costa americana do Pacífico”. Numa dessas crónicas, Helder Pinho recordava o retrato dos agricultores portugueses - na maioria açorianos - radicados na Baía de S. Francisco desde o início do século XIX, feito em 1913 pelo escritor norte-americano Jack London, em *The Valley of the Moon (O Vale da Lua)*:

Há 40 anos que o velho Silva veio dos Açores. Foi pastorear carneiros nas montanhas durante dois anos e depois veio para San Leandro. Estes cinco acres foram a primeira terra que ele arrendou. Isso foi só o começo. Depois começou a arrendar aos cem acres e aos cento e sessenta acres. E as irmãs e os tios e as tias começaram a chegar aos Açores [...] e em breve San Leandro era uma colónia portuguesa. [...] Mas o velho Silva nunca menosprezou uma oportunidade, por mais pequena que fosse. E eles são todos assim. Vês ali, por fora daquela cerca, junto das marcas das rodas da estrada, favas. Nós fazíamos troça duma coisa assim. Mas não o Silva. Agora ele tem uma casa em San Leandro. E anda num carro de 4.000 dólares. E continua a cultivar cebolas em frente de sua casa até ao passeio. Ele ganha trezentos dólares anuais só naquele bocadinho de terra. [...] - Mas como é que eles conseguem isto tudo? – gritou Saxon. Porque estão acostumados à agricultura. A família toda trabalha. Eles não têm vergonha de arregaçar as mangas e cavar – filhos e filhas e noras, velhos, velhas, e as crianças. Eles costumam dizer que um rapazinho de quatro anos que não é capaz de levar uma vaca a pastar pelos caminhos e mantê-la gorda não vale nada.

E mais adiante:

Os portugueses são agricultores por natureza. É só isso, e nós não sabemos nada de agricultura, nem nunca saberemos.

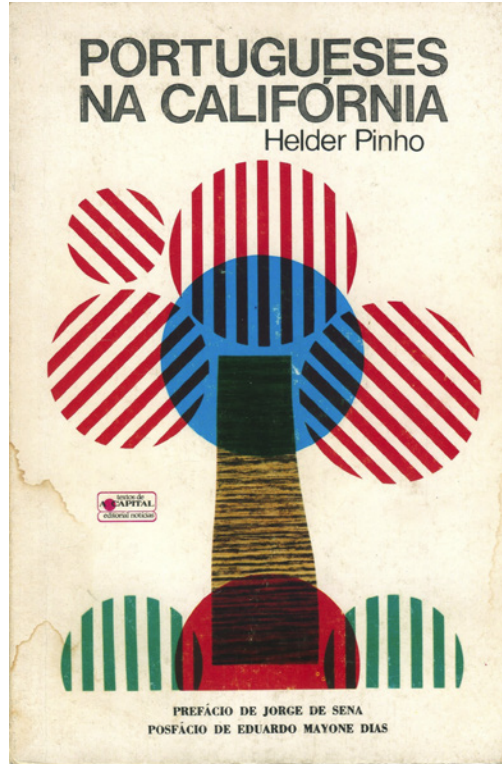


Imagem 1: Helder Pinho, *Portugueses na Califórnia*, 1978 (capa)

A história do casal Billy e Saxon do romance de London revela-nos que, no dealbar do século XX, os portugueses se tinham imposto no sector primário da economia californiana. Procurando um naco de terra que pudessem comprar para nela viver, as personagens de London deparam-se com dificuldades nessa aquisição, por os portugueses “terem feito subir” o preço da terra. Presentes na Califórnia desde o século XVI, é com o surto migratório do século XIX, que traz essencialmente populações dos Açores, da Madeira e da então colónia de Cabo Verde, que os portugueses se instalam em S. Francisco, Oakland, South Bay e na Central Valley.

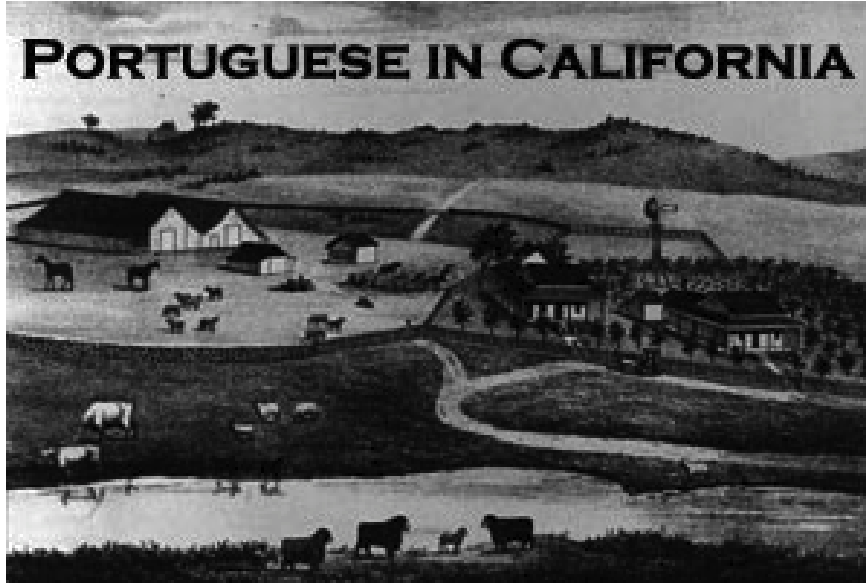


Imagem 2: Antonio J. Cardoso rancho, 1870, La Grange, Condado de Stanislaus, de História do Condado de Stanislaus, Califórnia, San Francisco: Elliott e Moore, 1881 <http://bancroft.berkeley.edu/ROHO/projects/portuguese/>

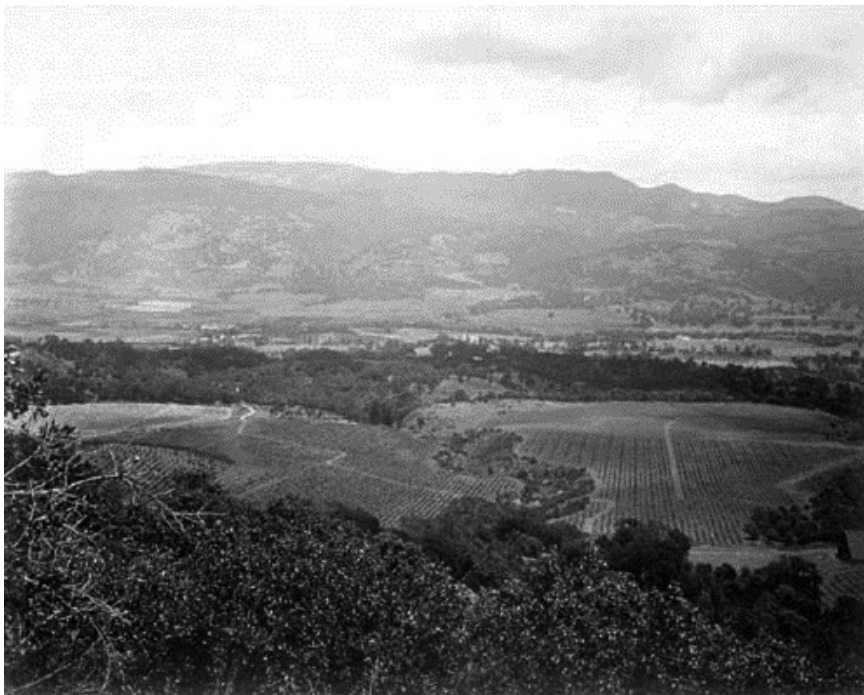


Imagem 3: Sonoma Valley, Carleton E. Watkins, 1887, <http://sunsite.berkeley.edu/CalHeritage/>

No Vale do Sacramento especializam-se na criação de gado leiteiro e nas indústrias de laticínios, cujo mercado dominam pelo menos até finais do século XX. Na Baía de S. Francisco desenvolvem a agricultura: “Pelo limiar do século XX, era efectivamente na Baía que o português se dedicava à cultura de frutos, de hortícolas – em particular de ervilha e de fava – e de algum gado de manjedoura ou de aves de capoeira. Em 1890, por exemplo, os luso-americanos constituíam cerca de 60% dos horticultores do condado de Alameda, frente a S. Francisco.” (Pinho, 1978: 31). Segundo Eduardo Mayone Dias, a Sul da cidade, os portugueses iniciaram então

a cultura da alcachofra, espécie que em finais de 1970 ainda representava uma das suas principais ocupações na zona de Half Moon Bay. Por outro lado, um velho madeirense há muito radicado em Hayward recordava, nos anos 1970 (Pinho, 1978: 31-32):

Tudo isto eram cabeços verdes de Hayward até San José. Criava-se muita vide na ladeira e cultivavam-se bons pomares, enquanto as ervilhas eram vendidas para todos os Estados Unidos. Saíam daqui, em grandes comboios, até ao Atlântico, pois lá estava frio e o produto não se dava. [...] Hoje está tudo mudado e só há indústrias por todos os lados, casas e mais casas e o que resta das culturas portuguesas, são favas ou ervilhas que os luso-americanos ostentam nos seus quintais.

Segundo Frederick G. Bohme, os portugueses também terão introduzido a indústria da batata-doce, na Califórnia, pelas mãos de J.B. Avila, nativo dos Açores, que chegou à Califórnia em 1883 e que trabalhou junto da Missão de San José (Pinho, 1978: 32).

Em 1960-1970, verifica-se novo surto emigratório para a Califórnia e numa outra reportagem do mesmo livro, intitulada "Quintal é rei em casa de português", Helder Pinho (1978: 43-45) refere uma sondagem feita na década de 1970 segundo a qual "geralmente o emigrante português, radicado na Califórnia, atinge, num período médio de cinco a seis anos, o nível de vida médio do americano nato: casa própria, um ou dois carros, televisão a cores, aparelhagem electrodoméstica e conta no banco." A sondagem indica ainda o rápido abandono, pelos portugueses, da vivenda ou do apartamento alugado a favor da posse de casa própria – necessidade "quase unânime" que está na origem da criação da profissão de agente imobiliário:

Vendemos também a americanos, mas o maior negócio é efectuado com portugueses aqui da comunidade de San José – explica-nos Dino de Medeiros, açoriano que deixou a sua terra após a erupção do vulcão dos Capelinhos e, hoje, é proprietário da Popular Realty.

O luso-americano tem áreas próprias para residir escolhendo, quase sempre, os melhores locais do ponto de vista de centralização, asseio e beleza, nunca deixando de adquirir espaço para um quintal, uma cozinha grande e no mínimo três quartos. "O quintal é que nunca falha e neste pormenor nunca há desentendimento entre marido e mulher, pois ele faz falta para o homem cultivar as suas hortaliças..." (Pinho, 1978: 44). A mesma fonte revela ainda preocupações com a limpeza das casas; o cuidar da frontaria e o esmero no trabalho da horta:

O cuidar da pequena horta é mesmo obsessivo para qualquer compatriota nosso e constitui, até, motivo de gala quando qualquer amigo vem até casa cumprimentar-nos, tal qual aquela satisfação que sentimos no rosto do velho "boxeur" Horácio da Velha, radicado em San Diego, que após nos obrigar a examinar cuidadosamente os feijões-trepadores, as ervilhas ou as couves de pé alto, no quintal de sua casa, nos dizia com uma pontinha de saudade: - Diga-me lá se não é igual ao "aido" do seu paizinho, lá naquelas maravilhosas terras de Aveiro, que me viram nascer?!

Curiosamente, apesar das tradições da arte de floricultura nos Açores e na Madeira, a arte de jardineiro, isto é, o trabalho em si - já que a produção de flores em larga escala “pertence ao dinamarquês” – seria implantada pelos cabo-verdianos. São eles que, “numa grande maioria, se dedicam ao cuidado e arranjo dos lindos jardins nas mansões americanas, muitas delas de proprietários de origem judaica, principalmente em São Francisco.” (Pinho, 1978: 46) Segundo José Gonçalves, especialista em Direito Internacional da Universidade de Califórnia em Los Angeles, na década de 1970, os cabo-verdianos concentravam-se, então, em Sacramento, São Francisco e no Vale da Napa, onde boa parte trabalhava para os serviços municipais como jardineiros, podadores de árvores e na limpeza das ruas.

2.2. ANDANÇAS POR ANGOLA (1945-1975)

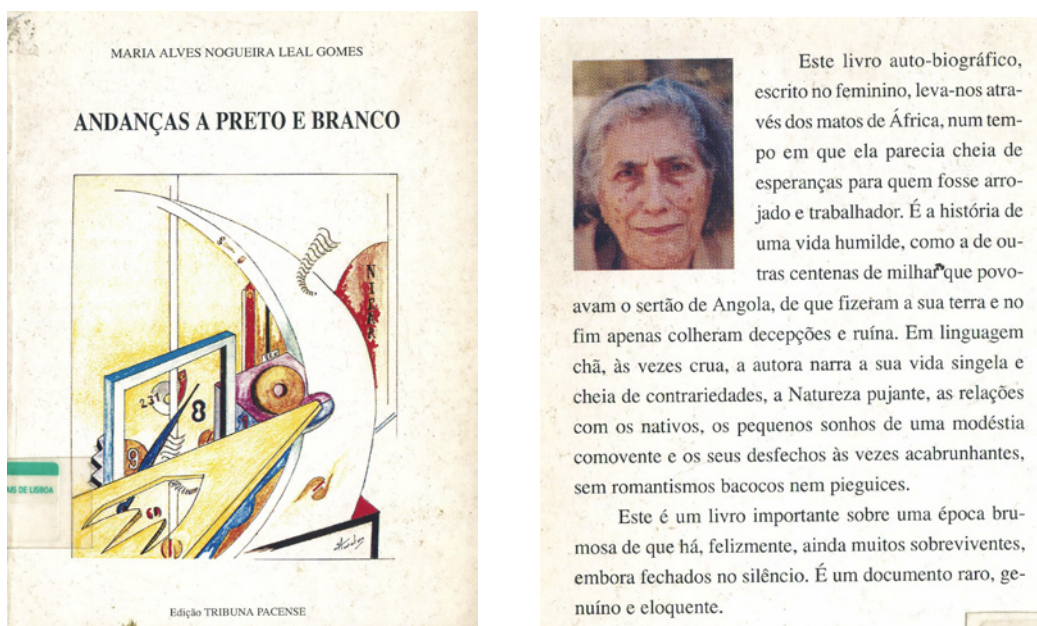


Imagem 4: Maria Alves Nogueira Leal Gomes, *Andanças a preto e branco: memórias da minha vida e andanças por Angola*, 1998 (capa)

Maria Alves Nogueira Leal Gomes (1998) é autora de um diário intitulado *Andanças a preto e branco: memórias da minha vida e andanças por Angola*, que escreve entre 1945, ano da sua partida para Angola, e 1975, ano do seu regresso a Portugal. Pouco conhecido, este livro escrito pela viúva de um funcionário do quadro administrativo do Estado Novo relata e documenta indirectamente a vida pobre de um chefe de posto, que é destacado para onze postos durante os seus vinte e sete anos de carreira, “talvez porque defendia, ingenuamente, os *indígenas*, dos abusos dos comerciantes e dos seus superiores” (Pélissier, 2006: 587). Revelando as deficiências de rotação acelerada do pessoal colocado no mato, através do texto desenham-se as condições de vida em que viviam os pequeníssimos núcleos populacionais de brancos. Maria L. Gomes acompanha, quase sempre, o seu marido nestas deslocções através de um imenso território (ca. de 1.246.700 Km²), ocupado por numerosas

populações, que praticam línguas e culturas diferentes, desconhecidas do chefe de posto e da sua mulher. Cada nova deslocação significa, também, uma mudança de casa e estas estão, geralmente, em péssimas condições. Constituem grande e constante preocupação: a saúde, os filhos (terá cinco, dos quais um nado-morto devido à ausência de cuidados médicos) e a sua escolaridade. Por onde passa, empreende a plantação de hortas e jardins.

Maria L. Gomes casa em 1945 e chega a Luanda um mês depois, em Julho, onde ficam nove meses à espera da nomeação do marido. A primeira deslocação (de comboio e camião de carga) condu-los a Vila Nova do Seles, onde três semanas depois nasce a primeira filha. Nove meses mais tarde, surge nova nomeação, desta feita para Vila Arriaga (Bibala). A viagem faz-se de camioneta e comboio, com interrupções, e Maria L. Gomes está novamente grávida – a segunda filha nasceria quatro meses depois (Abril 1947).

O meu marido foi chefiar o Posto do Gungo. Chegámos lá pouco antes do Natal (de 1947), por volta do meio-dia. A casa em que fui habitar era pouco melhor do que aquela de onde vinha. As janelas não tinham vidros, as portas não tinham fechaduras, os tectos não tinham forro. Fiquei a olhar para toda aquela desolação. [...] Era um lugar muito isolado. Só havia a nossa casa e outra de um enfermeiro. Só passava lá um carro, quando vinham a umas casas comerciais que ficavam a 8 quilómetros da nossa casa, buscar café ou óleo de palma e trazer mantimentos para as roças, ainda mais distantes. O meu marido mandava um estafeta levar o correio a Novo Redondo e, só passados dez ou quinze dias, é que ele regressava. Dez dias, se algum carro passava do Lobito para Novo Redondo, o levava. Senão, eram mesmo quinze dias, sempre a pé. Fazia uma espécie de cama em cima das árvores por causa das feras e aí dormia quando chegava a noite. De manhã, logo que pudesse, continuava.

Nessa altura, Maria L. Gomes planta a sua primeira horta:

Quando lá cheguei diziam que havia quatro anos que não chovia. Estava tudo seco. Não tinha hortaliça para comer nem legumes. Também não havia lojas onde os comprar. Então, pedi a um tio meu da Metrópole que me mandasse sementes de horta e deitei mãos à obra. Numa baixa, a três quilómetros, fizemos uma horta que fazia gosto ver.

Rapidamente, a horta exprime os dois espaços culturais: o português (da “metrópole”) e o local. São semeados amendoim (ginguba, para fazer óleo porque o azeite é caro), abóboras e piripiri (gindungo). Quando o amendoim ficou maduro, Maria L. Gomes juntou-se com a “velha Cecília que tinha estado em São Tomé e também sabia umas coisas” e fizeram óleo caseiro. A experiência repetir-se-á noutras terras. Prosseguindo a sua adaptação à realidade local, Maria L. Gomes faz goiabada – que lhe recorda o doce de marmelo da sua terra natal, no Douro - a partir dos frutos das goiabeiras espontâneas que crescem perto da sua horta, doce de papaia e de mamão, doce de toda a fruta: “Secava a banana que era uma maravilha. E, assim, em minha casa, havia sempre fruta. Se não houvesse fresca havia em conserva ou seca.”

Em 1949, morre-lhe um filho, por falta de assistência médica. “Foi no cemitério do Gungo que o meu filho foi sepultado. Foi ele o primeiro branco que aí ficou.” Esta

primeira grande ruptura afectiva em território angolano é ainda reforçada quando, em 1950, chega o anúncio de nova transferência, desta feita para o Posto de Emílio de Carvalho, com sede em Pedra do Feitiço, no distrito do Zaire: “Fiquei tão triste que chorei. Porque eu já gostava muito desta terra e destas gentes.” A viagem demorará um mês, por via marítima e 65 quilómetros por estrada “muito esburacada”, com as duas filhas de 3 e de 4 anos e um bebé de dez dias, que entretanto nascera em Luanda (Novembro de 1950), onde fizeram escala. Na nova povoação não havia nada, tudo vinha de Boma, do Congo belga, no outro lado do rio - couves, ervilhas e cenouras não vingavam; devido ao clima muito quente, “não se conseguia ter nada de fresco”. Mas Maria L. Gomes planta uma lavra de cultura de ananás, com o qual faz refresco e vinho “que parecia espumante”. Gosta daquelas terras excessivas, embora a enchessem de preocupações. O marido sofre de paludismo crónico e, passado um ano, é enviado pela Junta de Saúde para a “metrópole”, onde passam sete meses, e aqui são as crianças que adoecem (é Inverno, está frio e húmido). Em Junho de 1952, regressam a Angola, o marido é destacado para o Posto do Cariango, perto de Quibala, onde chegam após mais uma viagem atribulada (comboio, machimbombo, jangada, carro), com crianças e bagagens. Nova horta:

Chegámos ao Cariango. Encontrei uma habitação muito fraca. As janelas só tinham os caixilhos. Os vidros nunca chegaram a ser postos. As portas não tinham fechaduras. ... Os tectos não tinham forro. O pavimento era de ladrilhos de barro... Enfim, uma miséria... [...] Três meses depois de lá chegarmos, já tínhamos uma horta com quase todas as espécies de legumes. Era uma terra em que se plantava qualquer coisa e quinze dias depois já estava tudo bonito, verdinho. Era o que valia, porque, nas lojas, não havia nada para se comprar. Eu tinha muitas galinhas, patos e alguns perus. Lá não se vendia carne de vaca ou de porco. Felizmente, de vez em quando, um caçador trazia um veado ou um “nunce”.

Sempre muito isolada – o isolamento é outra constante do relato de Maria L. Gomes – “ia passando o tempo” fazendo farinha torrada (farinha de mandioca), óleo de amendoim, tapioca e óleo de palma, considerados “muito melhores do que o comprado na loja.” Cultivava milho, que depois moía num “moinho movimentado por água como os de Portugal” pertencente a um comerciante português e, com essa farinha, fazia pão misturado com farinha de trigo, de dois em dois dias. Sobre o Cariango, Maria L. Gomes escreve ainda que lhe valeu alguns nativos saberem os “milongos” para a cura de muitos males, porque os médicos estavam longe (“hospital era um em cada concelho e mal apetrechado”), eram “desconhecedores das doenças tropicais” e os enfermeiros estavam “constantemente bêbedos”. Entretanto, também se ia tornando premente a questão da escolarização dos filhos: “Eu continuava a dar aulas às minhas filhas. Uma tinha que passar para a 3ª classe e a outra para a 2ª. [...] Então o pai resolveu ir a Luanda ver se conseguia um posto que tivesse escola. Havia muitos mas não estavam vagos. Eu pensava que não tínhamos sorte. Havia postos com escola, com um carro bom, com posto sanitário e estavam ocupados por funcionários solteiros ou por outros sem família em idade escolar. [...] - São cunhas e padrinhos! A situação é essa! Quem não os tem é mandado para os lugares piores”

O marido obtém transferência para a administração local, em Luanda, onde tudo era muito caro e as filhas são escolarizadas, antes de irem a exame oficial. Com a saída do Cariango, dá-se a segunda ruptura afectiva importante, traduzida nas palavras de apego a uma casa em péssimo estado, aos animais, à lavra de amendoim em flor:

Tive pena de sair de lá. A casa era tão má que estava escorada para não cair. Mas eu ia sentir saudades. O quarto das minhas filhas estava engraçado: com os caixotes que eu tinha pedido na loja tinha feito as mesinhas de cabeceira. Cobri-as com pano de cretone às flores. E, com ele, fiz cortinados, colchas das camas. Guarda-fatos e cómoda com o mesmo pano. Até à volta do espelho. Estava um quarto bonito. Depois, tinha muitas galinhas, patos, perus, uma horta que era uma maravilha e fruta. Os patos, vendi-os ao desbarato e as galinhas a dez escudos cada. Os perus ninguém os quis comprar. O meu marido disse que fazia um caixote e os levava para Luanda. Meti vinte perus grandes num caixote e noutra trinta mais pequenos. Tive muita pena de uns peixinhos que eu tinha em duas celhas. Uma estava cheia de água em cima da varanda e outra em baixo no jardim. Deitava água dentro da celha que estava na varanda e ela passava para a que estava no jardim. Alguns peixes tinham crescido na celha e eram grandes. Mandeí apanhá-los para uma bacia e deitá-los no rio Longa, de onde eles tinham vindo. Também deixei uma lavra de amendoim já em flor. Mandioca de que já se podia fazer farinha e tapioca. Deixei isso tudo. Veio uma camioneta buscar-nos e às bagagens.

Em 1955, ainda estão em Luanda, onde Maria L. Gomes se entretém no quintal e onde plantou jardim, com bananeiras e goiabeira. Entretanto, liberta-se o posto do Ritondo, com escola oficial, mas que ficava a 13 km de casa. O casal segue para lá, a casa era grande e estava mobilada, embora isolada numa colina, e tudo era muito seco. Maria L. Gomes planta a quarta horta.

Não havia jardim, nem árvores, nem verdura. Tinha feito uma horta numa baixa por onde passava um riacho, onde tinha semeado hortaliças e legumes. Era o que fazíamos logo que chegávamos a um novo lugar. Também tinha coelhos e galinhas. Criavam-se uns porcos e ia-se arrançando para comer. [...] Convidei um casal amigo para vir passar o Natal connosco. Eram enfermeiros do hospital de Malanje. No dia 26, passeámos por perto de casa e fomos à baixa onde tínhamos a horta. Um lugar muito bonito. Estava tudo muito verde, havia muitos legumes e hortaliças. Levei um lanche e comemos sentados nuns bancos feitos em paus e amarrados com lianas, sem pregos, debaixo de umas árvores grandes, capinado à volta para não haver cobras. Passámos uma tarde agradável. A água a correr no riacho, as crianças a brincar. As cigarras com o zumbido delas e as borboletas de muitas cores voando de flor em flor. Pássaros, então, era uma maravilha! Até àquela data nunca tinha visto tantos pássaros e tão bonitos.

Entretanto, sai uma ordem de serviço anunciando a acumulação do Posto de Ritondo com o de Mocari. “Embora desse mais trabalho ao meu marido, eu fiquei contente porque já estava cansada de ver sempre o mesmo.” Só dois dos filhos estão em casa, as duas filhas mais velhas frequentam a escola oficial em regime de internato. Com o tempo, passa a visitá-las só uma ou duas vezes por mês, devido às dificuldades de transporte. Maria L. Gomes queixa-se de tristeza e de isolamento, sem vizinhos nem sanzalas por perto. De uma viagem a Mocari, com o marido, regressa com bananas, ananases, nêspersas e mangas – aquela terra é bem mais fértil: “Antes

de termos ficado empanados no rio Mocari, tínhamos ida a uma horta abandonada que outro chefe tinha cultivado no meio do matagal. Era uma terra fantástica. Tudo o que se plantasse crescia e dava." Porém, aquela terra deixava saudades a Maria L. Gomes. "Estava ansiosa por experimentar um lugar onde estivéssemos todos juntos, com os filhos na escola, indo e vindo para casa todos os dias." É então que lhes sai a *sorte grande*. Os dez anos seguintes (1956-1966) seriam passados no Dombe Grande, posto que tinha mais meios e onde os filhos puderam ir à escola oficial, *in situ*, e a natureza era generosa e abundante.

A povoação ficava numa baixa luxuriante, na margem do rio Coporolo, entre morros escalvados, com clima semi-árido. Aquela terra tinha-me caído do céu. [...] havia um bom hospital e, além do médico, um enfermeiro branco, mais alguns mestiços e uma parteira. [...] A nossa casa ficava no meio de um pomar de mangueiras. Mais de duzentas de todas as qualidades. Também havia goiabeiras, jambos, bananeiras de muitas espécies. Enfim, era uma terra rica e a fruta era tanta que se estragava. Eu dava fruta a muita gente. O meu marido fez uma plantação de laranjeiras e limoeiros porque lá não havia. Também semeou fruta-pinhas, sape-sapes e abacaxis. Quando saí de lá, já tudo estava a começar a dar fruto.

A estada no Dombe, onde Maria L. Gomes andava "feliz da vida", só foi interrompida por uma estada na "metrópole", em 1960, por motivos de saúde e aproveitando a licença graciosa do marido. Mais uma vez, esta ida ao país natal não corre da melhor forma: "Se eu ia doente, pior fiquei. Em Portugal, eu já não me dava depois de quinze anos fora. O frio era muito. As crianças estavam sempre mal dispostas." Mas os seis meses de licença passaram e puderam regressar ao Dombe Grande. As filhas mais velhas ficaram no Liceu de Benguela e o filho na escola primária do Dombe.

Mas, acima de tudo:

Tudo ficou na mesma como eu queria. Naqueles 6 meses da minha ausência nada tinha mudado.

Maria L. Gomes planta então a sua quinta horta, com sementes trazidas de Portugal.

Dentro de pouco tempo, já tínhamos uma horta que fazia inveja a muita gente. Tínhamos ananases a pesar 5 quilos, abacaxis, mamões e papaias muito grandes. Não faltavam maracujás de duas qualidades. Recomecei a criar galinhas, patos, perus, coelhos e até porcos. Na minha casa, havia sempre de tudo. Os coelhos eram mantidos a rama de batata-doce. Os porcos a coconote (dendém) e batata-doce. De vez em quando, matava-se um leitão.

A casa ficava no meio das árvores de fruto, que estava sempre a cair ao chão à mistura com folhas. Mesmo varrendo constantemente, havia muitas cobras e escorpiões. "Mas apesar de tudo, era uma terra boa. Estive lá bastante tempo e muito mais eu estaria se pudesse." Sobre as lavras dos "nativos", Maria L. Gomes refere que era frequente terem uma boa lavra em que cultivavam milho e mandioca, que era a base do sustento. Também semeavam amendoim e batata-doce. Maria L. Gomes faz conservas de tudo, com a ajuda de um cozinheiro: legumes, massa de tomate,

picles, doces de frutas, frutos cristalizados em calda. Marmelada encarnada, amarela e branca. Goiabada. “As pessoas ficavam curiosas, tentando saber como eu fazia aquilo tão bem, tão bom e tão bonito. É que as burguesas do lugar nem se davam ao trabalho de observar o trabalho do cozinheiro preto.” O marido chegou a plantar macieiras e pereiras, mas os frutos eram ácidos. “Ainda assim, eu fazia conservas e secava as pêras e as bananas. Era uma delícia!”

Em 1961, enquanto o marido se mantém no Dombe, Maria L. Gomes instala-se em Benguela, devido ao seguimento da escolaridade dos filhos, e aluga casa naquela cidade. Sobre Benguela, Maria L. Gomes escreve:

Era uma cidade – jardim. No vizinho vale do Rio Cavaco, cultivavam as batatas que a abasteciam e que exportavam pelo caminho-de-ferro para o interior. Havia hortaliças todo o ano e alguns dedicavam-se às flores para vender. Tinha um mercado em que se negociava tudo.

Com uma empregada natural de Quilengues, Maria L. Gomes plantou coqueiros, palmeiras e muitas árvores de fruto. Romanzeiras, bananeiras e até videiras. De tudo chegou a comer fruto.

As pessoas que passavam na rua paravam para ver como, em quatro anos, já se tiravam cocos e cachos de dendém. O meu marido pôs na entrada do quintal cauarinas. Eram parecidas com os ciprestes mas mais bonitas. As crianças, quando iam para a praia, diziam às mães: “Vamos passar pelas árvores de Natal?” O meu quintal era um sonho. Tinha mamões, papaias e flores. Nas traseiras, buganvílias, uma de cada cor, brancas, vermelhas, amarelo torrado, roxas, enormes, numa ramada. Dentro de pouco tempo, estava tudo coberto e florido e as crianças deliciavam-se no quintal, à sombra da latada de flores. Cada um tinha o seu banco para estudar, um de cada cor e uma mesa para todos.

Em 1966, o marido volta a acumular a chefia de dois postos, fica doente, baixa ao hospital de Benguela, onde fica internado quinze dias. Segue para a “metrópole” a tratar-se e por lá permanece durante nove meses. Desta vez, Maria L. Gomes fica em Angola, com uma filha na universidade em Luanda, os dois do meio no liceu de Benguela e o mais novo na escola primária. Ao regressar a Luanda, o marido é transferido para o posto do Cassai, concelho de Nova Chaves, distrito da Lunda. Serão 15 dias de viagem (comboio, autocarro, camioneta da administração).

Começou a correria habitual das transferências. Benguela deixava-me muitas saudades e o Dombe foi a terra em que eu mais gostei de viver.

Dá-se a maior ruptura de todo o percurso do chefe de posto: pela primeira vez, não há vontade de fazer uma horta. “- Eu não faço nada! Não devo estar cá muito tempo!” dizia o marido. Maria L. Gomes levava umas sementes do jardim de Benguela e começou a semeá-las à volta da casa, mas o marido não a encorajava: “- Não faças nada porque não estamos aqui muito tempo!” Maria L. Gomes não tinha nada com que se distrair, só o filho mais novo viera com eles, os restantes permaneceram no liceu em Benguela e na universidade em Luanda. O desencanto reflecte o esgotamento e

o cansaço de uma vida em movimento constante, que acarretava consigo frequentes situações de ruptura, dos afectos, de pessoas, animais, plantas de que tinham de se desligar, para tudo recomeçar noutro sítio. Nas férias da Páscoa de 1968, toda a família se reúne no Cassai. Findas as férias, o marido era promovido a adjunto do administrador do concelho, o que implicava a sua transferência para uma sede de concelho ou circunscrição. Colocado no concelho de Nova Gaia, distrito de Malanje, longe de Benguela e dos filhos escolarizados, iniciariam a sua antepenúltima grande viagem naquele país: 840 quilómetros de Nova Chaves até Malanje. Uma viagem “agradável, mas muito cansativa.” Embora as condições de instalação não fossem más, a fauna e a flora selvagem um encanto, as manifestações de desalento mantêm-se: “Por tantas terras andei, tantas gentes conheci e amigos tive e nunca mais os encontrei!”, escreve Maria L. Gomes. Pelo seu lado, o marido clama: “Estou farto desta vida de cigano!”. E Maria L. Gomes, novamente, referindo-se às culturas e línguas locais com que foi convivendo ao longo do seu périplo por Angola: “Quando já estava a compreender alguma coisa, lá vinha uma transferência e logo eu ficava sem saber nada.” Em plena guerra colonial, Maria L. Gomes refere os abusos dos comerciantes relativamente aos “nativos” e os abusos dos “militares indisciplinados”. Finalmente, uma última licença graciosa leva-os de novo a Portugal, com o filho mais novo. Ninguém se sentiu bem lá e Maria L. Gomes estava ansiosa por regressar a Angola.

A penúltima colocação seria em Nharea (Bié), a 1050 km de Luanda, “terra bonita e boa, clima agradável”. O nó desfaz-se, plantam uma horta, “embora legumes e hortaliças fossem baratos”, a casa é boa, a “terra agradável, calma”, não “se ouve falar de terroristas”. Mas o isolamento é grande e por isso, Maria L. Gomes, compra cabras. Como a horta ficava longe e não tinha outro lugar para espaiar, as cabras faziam companhia perto de casa. Novas críticas aos brancos. Surge então a notícia daquela que seria a última transferência, para Conde, a 522 km de Luanda. Com o decorrer do tempo, qualquer notícia de uma nova transferência tornara-se cada vez mais insuportável: “Quando chegava uma transferência para ir para outra terra, quase sempre era para centenas ou mais de mil quilómetros de distância, o meu marido ficava doente, nervoso...”. Chegados a Conde, onde “tudo o que se via ali, era Natureza”, o marido, perto da reforma, pensou fixar-se naquela localidade e “ter uma chitaca”, mas a morte (trombose e infecção) colhe-o em 1973. É sepultado em Luanda. No 25 de Abril de 1974, o filho mais novo do casal tem 13 anos. Maria L. Gomes volta com ele para Portugal em 1975 e nunca mais regressaria a Angola “para matar saudades”.

2.3. PORTUGAL-FRANÇA-PORTUGAL-FRANÇA... (1970-2010)

2.3.1. LA ROCHE BLANCHE, ALDEIA PORTUGUESA (1960-2000)

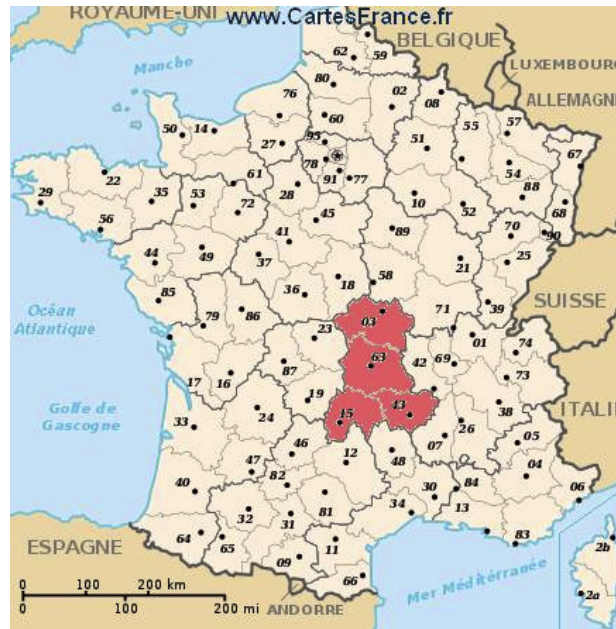


Imagem 5: Mapa de França, com a região da Auvergne assinalada a vermelho (63 é o departamento onde se situa La Roche Blanche).

A história de La Roche Blanche dos últimos cinquenta anos está indissociavelmente ligada à comunidade portuguesa. Não fora esta última, a aldeia de cerca de 3.186 habitantes (censo de 2009) há muito teria desaparecido do mapa, seguindo o destino “natural” de muitas outras aldeias vítimas do êxodo rural. Os portugueses salvaram-na do desaparecimento reconstruindo e repovoando, de 1960 até hoje, os centros em ruínas das antigas aldeias de La Roche Blanche e Gergovie e do antigo lugar de Donnezat, que agora formam uma só aglomeração. La Roche Blanche fica situada a 12 km a sul de Clermont-Ferrand, capital da Auvergne, numa zona de colinas e de planaltos que formam a transição entre a planície da *Limagne* e o relevo vulcânico do Maciço Central.

Do inquérito que realizou, o antropólogo Jacques Barou (1987) deduziu que, para além do alojamento a baixo preço, os portugueses também terão ficado seduzidos pelo meio rural que lhes lembrava aquele que tinham deixado, pela possibilidade de viverem no campo e de poderem dispor de um jardim para cultivar alguns legumes e de uma cave para produzirem o seu próprio vinho. Maioritariamente oriundos do Minho, onde praticavam uma policultura em que associavam frequentemente vinha, milho, legumes e pequena criação (Barou, 1997 : 49):

ils retrouvaient dans les villages viticoles auvergnats un paysage et des activités qui leur étaient familiers. Les maisons de vigneron que l'on trouve dans ces villages, avec leur grande cave en rez-de-chaussée et leur escalier extérieur donnant accès aux pièces de séjour, ne sont pas sans rappeler fortement la structure de la quinta, la maison rurale traditionnelle du Minho. La cave joue, dans ces maisons, un rôle

important. Elle est le lieu de sociabilité masculine par excellence. Les hommes du village s'y retrouvent pour faire leur vin, goûter, en parler et passer là de longs moments de discussion et de convivialité.



Imagem 6: Vista da aldeia de La Roche Blanche, a partir da aldeia de Le Crest.
Fot. Isabel Lopes Cardoso, 2000

Segundo Barou (1997: 47-48), a possibilidade de, no âmbito da emigração, poderem praticar actividades agrícolas que reflectissem a sua identidade rural de origem ("identité paysanne d'origine") constituiu um factor de ligação das famílias portuguesas às aldeias da periferia de Clermont-Ferrand.

Au bout de plus de trente ans, leur présence, pour être moins visible que par le passé, n'a fait que s'affirmer. Ils se sont profondément enracinés dans ces lieux qui n'auraient pu être pour eux qu'un point d'accueil temporaire. Ils se les sont appropriés affectivement plus encore que patrimoniallement. Ils y ont transféré progressivement l'essentiel de leur identité. En analysant sur une longue période l'évolution du mode d'expression de celle-ci, nous pouvons saisir dans toute sa dimension concrète et contrastée la réalité complexe d'un phénomène d'intégration d'étrangers à un fragment localisé de la société française.



Imagem 7: Antigas casas de viticultor, no centro de La Roche Blanche. Note-se que a adega foi transformada em garagem, sinal da transformação progressiva da antiga aldeia rural em burgo residencial da periferia da capital da Auvergne, Clermont-Ferrand. Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000



Imagem 8: Casa de viticultor reabilitada por portugueses (repare-se nos vasos de flores que ornem o lanço de escadas). Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000

A monografia histórica da presença portuguesa em La Roche Blanche, realizada no contexto da tese (Cardoso, 2009: 183-262), viria corroborar este aspecto da hipótese interpretativa do antropólogo francês e completá-la com uma análise

histórica, levada a cabo a partir do cruzamento dos arquivos camarários com os dados recolhidos durante o nosso próprio trabalho de campo efectuado *in situ*, em 2000 e 2001. Dentro de um quadro legal urbanístico estrito e exigente, eram poucos os sinais exteriores que diferenciavam as casas dos portugueses das restantes e, mais uma vez, o elemento vegetal representava a diferença mais visível. Tal como acontecera na década de 1980, em Epinay-sur-Seine (arredores de Paris), o primeiro dia do nosso trabalho de campo em La Roche Blanche seria visualmente marcado por certas soleiras de portas, onde havia um acumular de vasos, de formas e feitios variados, e uma profusão de flores (jarros, cravos, rosas, gerânios, agapantos) que não mentiam (intuição posteriormente confirmada mediante o registo de propriedade camarário) e lembravam as plantações que encontramos em Portugal (nas aldeias ou nas zonas urbanas, nas soleiras das portas ou no pedaço de terreno que cultivam e ajardinam). Finalmente, ao subir em direcção à falésia, onde se encontra(va) uma parte das hortas das pessoas que moram no centro da aldeia, depararia com as tão esperadas couves-galegas! Um segundo passeio, à hora de almoço, confirmaria, desta feita através do ouvido e do olfacto, a presença portuguesa que se adivinhava de manhã: estava calor e pelas janelas abertas ouvia-se falar português em quase todas as ruas do centro do burgo; escoava-se também um aroma seguro de sardinhas e bacalhau.



Imagem 9: Vista da aldeia de La Roche Blanche, a partir da falésia que domina a aldeia. Nos cantos inferiores esquerdo e direito da imagem adivinham-se couves-galegas das hortas dos habitantes portugueses.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000



Imagem 10: Vista para as grutas trogloditas que dominam La Roche Blanche e para algumas das hortas dos habitantes portugueses.
Fot. Isabel Lopes Cardoso, 2000

O prazer com que os emigrantes portugueses mais antigos instalados em La Roche Blanche desde inícios de 1960 “puxam” pelo mais pequeno pedaço de terra era evidente e traduz-se também nos prémios ganhos nos concursos de casas floridas promovidos pela câmara municipal e noticiados no jornal regional *La Montagne*: em 1996, os casais Marques e Ferreira Baltar (logo em finais de 1960, Ferreira Baltar seria um dos primeiros portugueses a comprar e a mandar construir uma casa num dos loteamentos destinados para esse efeito) ganham o 4º prémio ex-aequo da “casa com jardim mais visível da rua”. O casal J. Rodrigues arrebatou o mesmo lugar noutra categoria: “casa com varanda ou terraço sem jardim.” Quando o espaço de plantação é inexistente, designadamente nas casas do centro, os vasos de flores instalam-se nas soleiras das portas ou trepam pelas escadas exteriores. Quase sempre de formas e de feitios diferentes, neles se planta uma profusão de flores, rebentos e enxertos que se vão trazendo daqui e dacolá, de Portugal ou de casa do vizinho (francês), sendo que no meio delas é certo encontrarem-se calas, cravos, rosas, gerânios (estes muito apreciados pelos franceses que, contudo, os dispõem em maciços únicos, sem misturas com outras plantas) e, para quem tem um pedaço de jardim, uma nespereira e talos de couve-galega. Vê-se o mesmo em Paris.

La Roche-Blanche

Des fleurs, un peu, beaucoup...



Des lauréats qui ont la main verte !

Voici les résultats du concours des maisons fleuries de 1995.

Maison avec jardin très visible de la rue. – Premier

HORAIRES DES MESSES

Chaque samedi soir, à 19 heures, en l'église Saint-Étienne de Chanonat.

Les dimanches. – Premier, troisième et cinquième dimanches du mois, à 9 heures, à Jussat, et 10 h 30, à Gergovie.

Deuxième et quatrième dimanches et fêtes, à 9 heures, à Opme, et 10 h 30, à La Roche-Blanche.

En semaine. – Mardi et jeudi, à 8 h 30, à Chanonat ; mercredi et vendredi, à 8 h 30, à La Roche-Blanche.

Le père Charles Jouret, habite à Chanonat, 7, rue de la Mission, tél. 73.79.41.18.

prix : René Cucuat ; 2. ex aequo : M. et Mme Marques, M. et Mme Dabert ; 4. ex aequo : Mme San Augustin, M. et Mme Ferreira Baltar ; M. et Mme Habermann ; 7. M. et Mme Jeandrejack ; 8. ex aequo : M. et Mme Llinas, M. et Mme Jean-Paul Charbonnier, M. et Mme Joaquim Rodrigues, M. et Mme Chosson, Mme Annie Caillot ; 13. ex aequo : M. et Mme Desgouttes, M. et Mme Astic.

Maison avec balcon ou terrasse sans jardin. – Premier prix : M. et Mme Robert Péllissier ; 2. ex aequo : M. et Mme Marcel Dubois, M. et Mme Marcel Charbonnier ; 4. ex aequo : M. et Mme Joao Rodrigues, M. Daniel Lourenco ; 6. ex aequo : Mme Renée Menendez, M. et Mme René Cournollet.

Fenêtres ou murs fleuris. – Premier prix : Mme Chartier et M. D. Maurice ; 2. ex aequo : Mme Rourre, M. et Mme Alain

Souchal, Mme Lafarge ; 5. M. et Mme Doucet.

Décor installé sur la voie publique. – M. et Mme Henri Chabance.

Imagem 11: Portugueses premiados no concurso das casas floridas, La Montagne, 15/4/1996 (espólio arquivo camarário de La Roche Blanche).



Imagem 12: Casa e jardim do casal premiado Ferreira Baltar.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000



Imagem 13: A casa do casal premiado J. Rodrigues.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000

No centro do burgo, onde o espaço é exíguo, a aquisição de parcelas vizinhas à casa reabilitada permitiu aumentar a superfície habitável, preferindo-se, neste caso, criar terraços ajardinados “à francesa”, com *barbecue*. Este último pode ser simultaneamente interpretado como fenómeno de moda ou como memória da antiga cozinha rural, se atendermos à sua forma, parecida com uma lareira. Neste caso, abdica-se da horta ou antes, esta reconstitui-se noutra peça de terreno, igualmente adquirido, por exemplo, ao longo das estradas do burgo. De um modo geral, os jardins da segunda e terceira geração deixam de incluir um espaço para a horta. Quando o possuem, este fica quase sempre ao cuidado dos pais de um dos elementos do casal. A progressiva urbanização acarreta um *modus vivendi* com outros padrões de consumo e de lazer, que se vai insinuando lentamente e que, no tratamento vegetal, se exprime através do aparecimento dos primeiros espaços “domesticados” com relvado e canteiros ordenados, ainda na primeira geração.



Imagem 14: Hortas portuguesas à beira da estrada, La Roche Blanche.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2001

Associado ao elemento decorativo vegetal aparece frequentemente o elemento decorativo mineral. Ambos são quase indissociáveis. Omnipresente, tanto nas casas construídas de raiz como nas casas reabilitadas, o elemento mineral cobre o chão do pátio, do jardim, das escadas, com uma evidente função decorativa e estética, para além da sua função prática (facilidade da limpeza, que um simples revestimento a cimento também resolveria).



Imagem 15: Jardins e hortas portuguesas no Inverno, La Roche Blanche.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2001



Imagem 16: Pormenor revelando a associação entre *patchwork* vegetal e mineral de um jardim português em La Roche Blanche.
Foto: Isabel Lopes Cardoso, 2000

2.3.2. PARIS, ANOS 1970

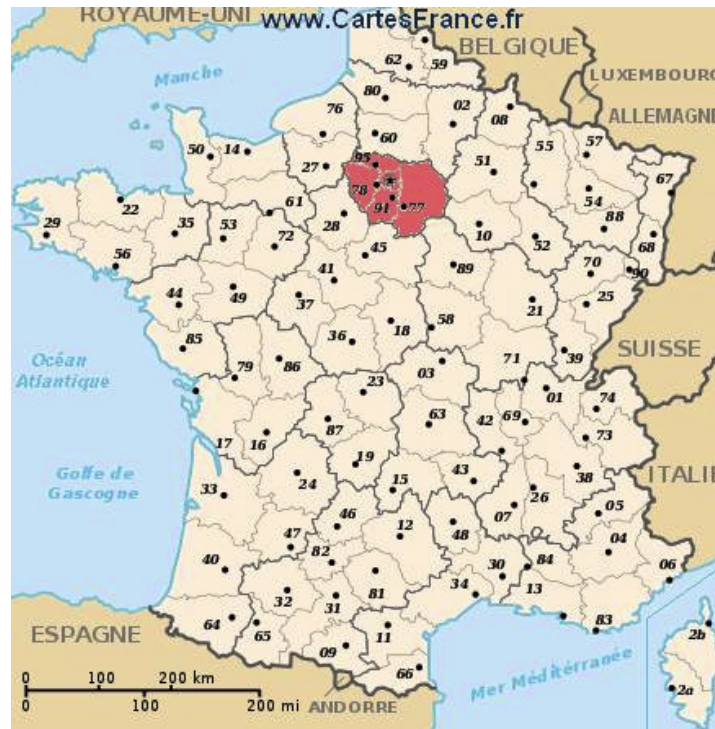


Imagem 17: Mapa de França, com a região parisiense assinalada a vermelho (78 e 95 são os departamentos onde viveu Jürg Kreienbühl).

O pintor suíço Jürg Kreienbühl (1932-2007) radicado em França, onde escolheu viver a partir da década de 1950, recusa a arte abstracta então praticada pela “Ecole de Paris”, bem como a sua institucionalização e a sua sacralização. Aquilo que pretende, é revelar ao mundo os dejectos (materiais e humanos) da louca sociedade de consumo dos ditos “Trinta Gloriosos” anos do pós-II Guerra Mundial, sociedade de consumo cuja institucionalização e sacralização rejeita igualmente. Desloca-se, assim, do centro da capital francesa para os arredores em plena convulsão urbanística, dedicando a sua atenção àquilo e àqueles que o rolo compressor da lei do mercado da reconstrução deixa pelo caminho. Instalado no *bidonville* de Bezons (Noroeste de Paris), em 1958, e em seguida no do vizinho burgo de Carrières-sur Seine (onde montou o seu atelier até ao desmantelamento do bairro de lata, em 1977), J. Kreienbühl pinta a sua própria vida e a dos outros habitantes do *bidonville* de forma realista, a fim de evitar qualquer espécie de embelezamento ou de compromisso.



Imagem 18: A roulotte do pintor suíço Jürg Kreienbühl nos bairros de lata dos arredores de Paris, anos 1950-60 (fotografia cedida por J.K., 2001).



Imagem 19: O atelier que Jürg Kreienbühl (de frente) partilhava com o pintor francês Claude Yvel (de costas), em finais de 1970, no barracão onde anteriormente eram administradas as aulas de português, no *bidonville* de Carrières-sur-Seine (arredores de Paris) (fotografia cedida por J.K., 2001).

Ali, naquelas margens, encontra dezenas de famílias portuguesas, que fugiram à ditadura de Salazar, às guerras coloniais e à miséria. Recorde-se que as centenas de milhares de portugueses, que abandonaram clandestinamente o país natal no segundo quartel do século XX (perto de 1 milhão de pessoas, em dez anos, entre 1960 e 1970), deste modo opuseram um “não” aos aviltamentos de um regime ditatorial e

nacionalista, profundamente conservador, unitário e corporativista, onde uma minoria, apenas, vivia sem privações. Aquando da sua visita a Portugal na década de 1960, durante o Estado Novo, Simone de Beauvoir constatou que em todas as estações de caminho-de-ferro havia pedintes que tomavam o comboio de assalto. Em *La Force des Choses* (Beauvoir, 1963), escreveu que dos 7 milhões de portugueses, 70.000 viviam sem privações e que a burguesia portuguesa “suportava com serenidade a miséria dos outros”.

Nos grandes burgos franceses, as famílias de e/imigrantes instalavam-se frequentemente em bairros de lata, uma vez que, segundo o artigo 15º do acordo de mão-de-obra assinado entre os governos francês e português em 31/12/1963, a admissão dos membros das famílias dos trabalhadores portugueses em França ficava subordinada à existência, *in loco*, de um “alojamento suficiente”. A entrada clandestina não permitia tentar fazer valer, junto das autoridades, o direito a uma habitação condigna. Por conseguinte, os trabalhadores portugueses e as suas famílias eram obrigados a resolver entre si, da melhor maneira possível, o problema grave do alojamento, amontoando-se em casas de amigos ou familiares, em caves, em bairros de lata ou em quartos quase sempre superlotados. O facto de, em Portugal, estarem “habitados a condições de habitação extremamente difíceis...” e de lhes custar muito adaptarem-se à vida urbana devido à sua origem rural, ao analfabetismo, à ignorância do francês, são razões invocadas por Teixeira de Sousa (1972) para explicar tão longa permanência nos *bidonvilles*. Estes funcionam como uma comunidade natural, que garante a segurança face ao mundo adverso e desconhecido, opinião corroborada por Alfredo Margarido (1999: 15-16):

“...o gueto, de que o bidonville é uma expressão moderna, (pode) surgir como solução adoptada pelos emigrantes, perante as condições que lhes são oferecidas pela sociedade onde sobretudo pretendem trabalhar.” Para o autor, “a posição dos historiadores e até dos raros sociólogos que se ocupam da emigração, está sempre aquém das escolhas dos cidadãos, recusando-lhes a iniciativa política que realmente assumem, embora sem programa escrito, e sem projecto teórico, graças à sua própria prática.” E prossegue: “O génio português não reside na exaltação da saudade, como ainda se pretende, mas antes na capacidade de adaptação a condições sociais e a tarefas técnicas que não pertenciam ao sistema dos valores rurais portugueses. [...] É nestas condições que podemos registar a intervenção, quando não a invenção do “bidonville”; [...] sistema de urbanização da colectividade (em que) o grupo assegura desta maneira a sua autonomia, face à sociedade dominante, que os sociólogos teimam em designar como sendo “la société d’accueil”, a sociedade de acolhimento, quando na verdade, e quase sempre, se trata da sociedade que repele ou rejeita.”

Dos materiais amassados destas aldeias improvisadas que eram os *bidonvilles* desprende-se a poesia da vida que Kreienbühl soube captar por a ter partilhado quotidianamente, durante anos, sem nunca disfarçar a dura realidade e a precariedade reinantes, sobretudo durante o Inverno, quando a lama acabava por transformar tudo num pântano imenso onde nada se distinguia. Através do seu olhar pessoal, lega-nos um pedaço da nossa própria memória (de portugueses) referente a um passado recente quase sempre recalçado. Mau grado as difíceis e míseras condições

de subsistência, muitos portugueses resistiram ao desmantelamento dos bairros de lata (Dante, 1973). Em vão. Os espaços de vida constituídos pelos bairros de lata, e onde numerosos portugueses viveram momentos essenciais da sua existência, acabariam por ser destruídos, na sequência da lei Vivien (1970).



Imagem 20: Jürg Kreienbühl, *Bidonville en automne*, 1976 (Carrières-sur-Seine). (col. Schweiz. Bankverein, Basileia; reprodução a cores cedida por J.K., 2001). Contrastando com a vida do bairro de lata durante o Inverno, na Primavera, no Verão e no Outono “a vida da aldeia, com as suas estruturas e o seu modo de funcionamento, reemerge e as crianças brincam no meio dos destroços, das flores e das ervas, dando então razão a C. Pétonnet quando constatava que, nessa época do ano, o *bidonville* mostrava, no exterior, o porquê da importância que revestia para os seus habitantes” (Cardoso, 2009).



Imagem 21: Jürg Kreienbühl, *Bidonville au crépuscule*, 1963 (Nanterre) (col. particular; pormenor).

Com o tempo, e enquanto perduraram, foram sendo introduzidos nos *bidonvilles* parques melhoramentos (torneira colectiva de água corrente, recolha do lixo, entre outros), graças à pressão exercida por determinadas franjas da opinião pública. Criara-se também uma certa vida aldeã: os habitantes agrupavam-se por localidades de origem, conheciam-se, faziam festas aos domingos; cantava-se o fado e

dançava-se folclore; abria-se uma taberna, uma venda de produtos portugueses, cozia-se pão e falava-se português. Mas, acima de tudo, receava-se mais uma ruptura, provocada pela dispersão numa cidade imensa onde era difícil orientar-se. Num encontro organizado com emigrantes portugueses e representantes da sociedade francesa, no Centro Cultural Suíço em Paris, em Setembro 2001, no âmbito da retrospectiva que lhe foi consagrada, o artista recordava a sua vivência dos bairros de lata e evocava a existência de laços de sociabilidade extremamente fortes que, mais uma vez, o conduziram a recordar a proposta que fizera ao presidente da câmara municipal de Carrières-sur-Seine (periferia noroeste de Paris) nos anos 1970: “*Em vez de mandar arrasar o bidonville, porque não confia o bairro de lata aos portugueses para que eles o transformem numa verdadeira aldeia portuguesa?*” (Cardoso, 2009: 165).



Imagem 22: Jürg Kreienbühl, *Bidonville avec potager* ou hortas portuguesas do bidonville de Carrières-sur-Seine, anos 1970 (reprodução/prova cedida por J.K., 2001).

Entre as inúmeras telas que Jürg Kreienbühl pinta nos bidonvilles, figura uma que foi executada pouco antes do desmantelamento do bairro de lata de Carrières-sur-Seine, em 1977. *Bidonville avec potager* oferece-nos uma vista sobre as hortas que os habitantes deste bairro de lata plantaram no terreno onde estavam instalados. Conforme sucede com as hortas de Maria Alves, em Angola, também estas referem não só a coexistência como um certo tipo de práticas dos dois espaços culturais em que se movem os migrantes portugueses: o português (marcado pelo consumo de

couves) e o francês (aqui atestado pela plantação de alho francês, no primeiro plano da tela). Culturas como a de feijão-verde, igualmente identificável nesta pintura, representam o ponto de encontro entre ambas as dietas ou seja, entre ambas as expressões culturais.



Imagem 23: Jürg Kreienbühl em conversa com uma habitante portuguesa do bidonville de Carrières-sur-Seine, pouco tempo depois da sua demolição, em 1977 (fotografia cedida por J.K., 2001).

Zona de antigas pedreiras posteriormente transformadas em *champignonières* onde ainda hoje se cultiva o *champignon de Paris*, depois do desmantelamento do *bidonville*, este espaço, que se mantém inconstitível, continua a ser habitado de modo informal - desta feita por *roma* oriundos da Roménia e da Bulgária - e os antigos terrenos cultivados continuam a ser hortas portuguesas.



Imagem 24: O antigo bidonville dos portugueses, em Carrières-sur-Seine, trinta anos depois.
Fot. Isabel Lopes Cardoso, 1999



Imagem 25: Hortas portuguesas nas traseiras das casas dos trabalhadores da *champignonnière* onde ainda hoje se pratica o cultivo do *champignon-de-Paris*, na antiga pedreira subterrânea situada debaixo dos terrenos do antigo bairro de lata dos portugueses, em Carrières-sur-Seine.
Fot. Isabel Lopes Cardoso, 1999

2.3.3. PORTUGAL-FRANÇA-PORTUGAL (SÉCULO XXI)

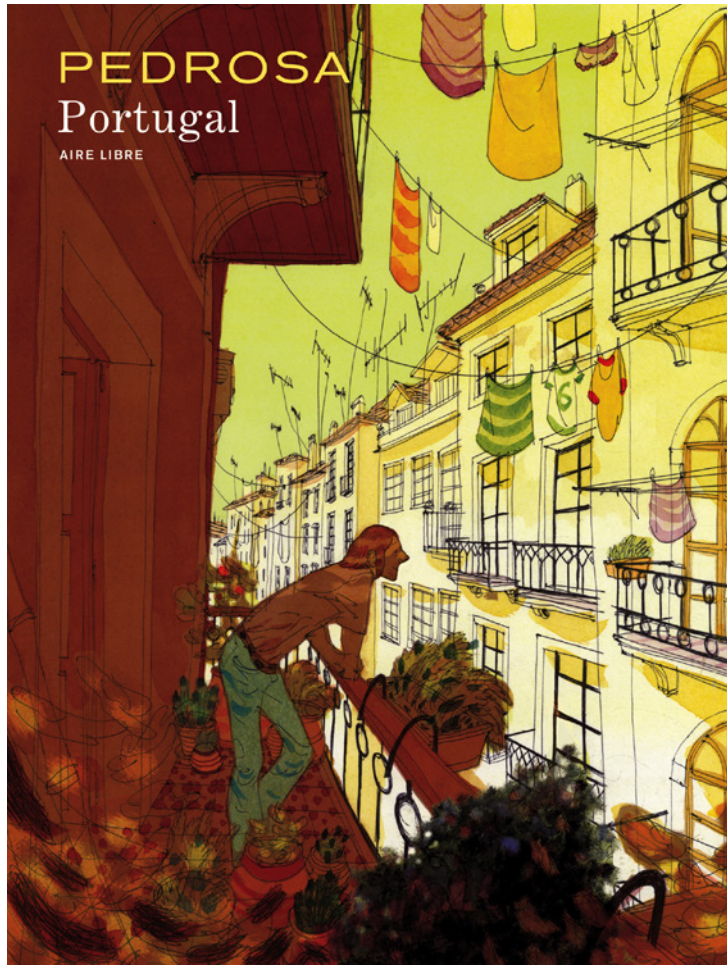


Imagem 26: Cyril Pedrosa, *Portugal*, 2011a (capa da 1ª edição francesa).

É notório o sucesso (pelo menos 4 edições e uma série de prémios) do romance (autobio)gráfico *Portugal* publicado em França, em 2011, do autor de banda desenhada Cyril Pedrosa, francês e neto de portugueses, que conta a história do avô que emigrou para França em 1936 e deixou de ter qualquer tipo de relações com o país natal. Pedrosa não tinha, assim, qualquer relação construída com Portugal, nem sequer falava português. Na sua infância passou, pontualmente, algumas férias estivais em Portugal, mas só regressou ao país dos avós, já adulto, a convite do Salão de BD de Sobreda, em 2006. O autor refere que encarou a vinda a Portugal como mais uma viagem a um país estrangeiro, a convite de mais um salão de banda desenhada europeu, estranhando até que conhecessem o seu trabalho em Portugal. Esta viagem transformar-se-ia, no entanto, na viagem importante da sua vida (Pedrosa, 2011 b,c):

“Para mim foi um grande choque, foi muito emotivo. Senti-me como se estivesse em casa, apesar de não conhecer nada desse país. Foi isso que desencadeou a vontade de escrever esta história, para tentar compreender porque me sentia ligado a um país e a uma língua de que conhecia tão pouco.”

E prossegue (Pedrosa: 2011 b,c):

“Simon, um francês neto de emigrantes portugueses, que faz banda desenhada mas que está num momento mau da sua vida, um pouco deprimido, empreende uma viagem profissional a Lisboa. Descobre então a que ponto ama Portugal, as pessoas com quem se cruza na rua, era como se fossem da família. Isso perturba-o ao ponto de tentar compreender porque perdeu os laços com aquele país. Aproxima-se da sua família em França, com quem mantinha uma relação distante, participa numa grande festa familiar onde vai rever o seu avô sob um olhar diferente, compreender um pouco melhor porque é que o pai não foi capaz de lhe transmitir essa ligação com Portugal. Depois, na parte final do livro, regressa a Portugal, para tentar descobrir a história do avô.”

Pedrosa obedece a uma única regra na feitura de *Portugal*: o estilo tem de estar ao serviço da história. Para isso, procura mudar de método e de grafismo em função do enredo: ora acentuando o grafismo (Pedrosa, 2011a: 71-73) ora o trabalho digital (Pedrosa, 2011a: 62-63) ora a improvisação no desenho a lápis e aquarela (Pedrosa, 2011a: 56-58; 74-76). “Mudar de grafismo em função do ambiente da história, utilizá-lo como uma parte da linguagem da banda desenhada tem vindo a tornar-se cada vez mais importante no meu trabalho. E penso que nunca fui tão longe nesse sentido como neste livro.” A cor é utilizada como elemento da narração, exprime o ambiente de uma situação, o temperamento das personagens, as suas transformações, a melodia e os cambiantes da língua.

De tudo isto resulta uma obra de uma estética impressionante, que espelha o tactear progressivo de uma memória familiar emergente. Neste processo, hortas, jardins, espaços ajardinados em varandas desempenham um papel central ao longo da narrativa, estruturam-na. A primeira horta que surge (Pedrosa, 2011a: 9) é a horta da avó portuguesa, que se radicou em França e nunca mais regressou a Portugal. Os tons escuros do primeiro plano indiciam o mal-estar e o não-dito familiar que, inconscientemente, perturbam Simon, personagem principal, e alimentam a sua depressão. Neste plano, apenas sobressai a prima, em tons claros, ainda criança, mas cuja festa de casamento despoletará, mais tarde, em Simon, a necessidade de, progressivamente, reatar com a memória familiar. O jardim da casa onde Simon vive, adulto, com a sua companheira, Claire, aparece banhado numa luz amarela, ligeiramente esverdeada, que exprime o estado da relação amorosa (Pedrosa, 2011a: 21, 27, 37-41). Enquanto Claire vive e trabalha no jardim, o investe e deseja que o casal compre a casa alugada e construa algo a partir dali, Simon refugia-se dentro de casa, não atende os telefonemas e furta-se a todas as solicitações. Quando Claire lhe pede para cortar a erva do jardim antes de partir de viagem, responde que não há urgência e que, sim, que foi ele quem quis uma casa com jardim, mas que lhe basta saber que o jardim está lá.

Em Portugal, aquando da sua estada no salão de banda desenhada, o ambiente desanuvia-se, as cores são quentes e claras, e Simon dá por ele a seguir uma figura feminina idosa nas ruas de Almada, que acaba de colher laranjas num quintal e se prepara para as levar a uma certa Madalena (Pedrosa, 2011a: 55-56).

Sintomaticamente, ao perder a velhota de vista, Simon perde-se, por sua vez, na cidade. Pouco a pouco, em contacto com a língua, os sons, as pessoas, a memória familiar emerge, Simon gostaria de saber mais acerca do seu avô português radicado em França e que nunca mais regressara a Portugal. Tem pouco contacto com a sua avó paterna, que permaneceu em França depois de morte do avô, e as recordações que guarda são recordações desagradáveis de curtos telefonemas natalícios em que não compreende o que a avó lhe diz. Surge uma primeira emoção violenta: a da vergonha que chegou a sentir daquela voz e daquele sotaque que tornavam o francês dela incompreensível. "L'amour et la honte. Cela pourrait être la devise des familles de migrants." (Pedrosa, 2011a: 81) Regressa a França e separa-se de Claire: o seu jardim é agora verde, perdeu o tom amarelado subjacente (Pedrosa, 2011a: 88) e as plantas invadem-no por todo o lado (Pedrosa, 2011a: 92).

O segundo capítulo do livro relata a viagem à família, em França, a pretexto da festa de casamento da prima com quem se entendia bem, mas que não voltara a ver desde a infância, num belo moinho, ao ar livre, em terras vitícolas borgonhesas. Os tons são fortes ao longo de toda esta parte da narrativa (Pedrosa, 2011a: 98-183), espelhando as tensões positivas e negativas que surgem ao sabor dos encontros entre os vários membros da família e acabam por fissurar a chapa do silêncio em torno do avô e da história familiar truncada. O desenlace dá-se em Portugal, para onde Simon decide partir, só, em viagem, depois do encontro familiar. Espaços ajardinados nas varandas de Lisboa que banham numa luz festiva (Pedrosa, 2011a: 190), tons quentes dos jardins nocturnos da casa familiar na Marinha Grande (Pedrosa, 2011a: 207), luz quente e intensa desse mesmo jardim durante o dia – através da figura de Amélia, que se ocupa do jardim e da horta da casa do tio-avô, Simon aprende a falar português e renasce para a vida (Pedrosa, 2011a: 217-218):

- Ficas fechado aqui todo o dia e não vês todas as coisas bonitas que acontecem à tua volta...
- Mais qu'est-ce qu'il y a?
- Levanta-te...
- Vous voulez me montrer quelque chose ?
- Vou mostrar-te tudo o que está neste jardim.
- O Jardim.
- "O jardim"? Le jardin?? Oui... et alors?
- As cenouras.
- Quoi? Les carottes??
- As cebolas.
- D'accord... les oignons. "Cebolas". D'accord.
- Os pêssegos.
- Les pêches... Pêssegos... C'est joli.
- [...]
- C'est vous qui avez déposé des fruits devant ma porte l'autre soir, n'est-ce pas?
- Podes servir-te à vontade, levas o que quiseres...
- Je ne sais pas si vous me comprenez... C'était très gentil mais il ne faut pas me donner autre chose, je ne cuisine pas. "No cozinha".
- Fazes mal. Devias cozinhar. É pena não ter aqui feijão, que eu mostrava-te como se faz uma boa feijoada... Batatas.
- Des patates... Bon... Ben... Merci.

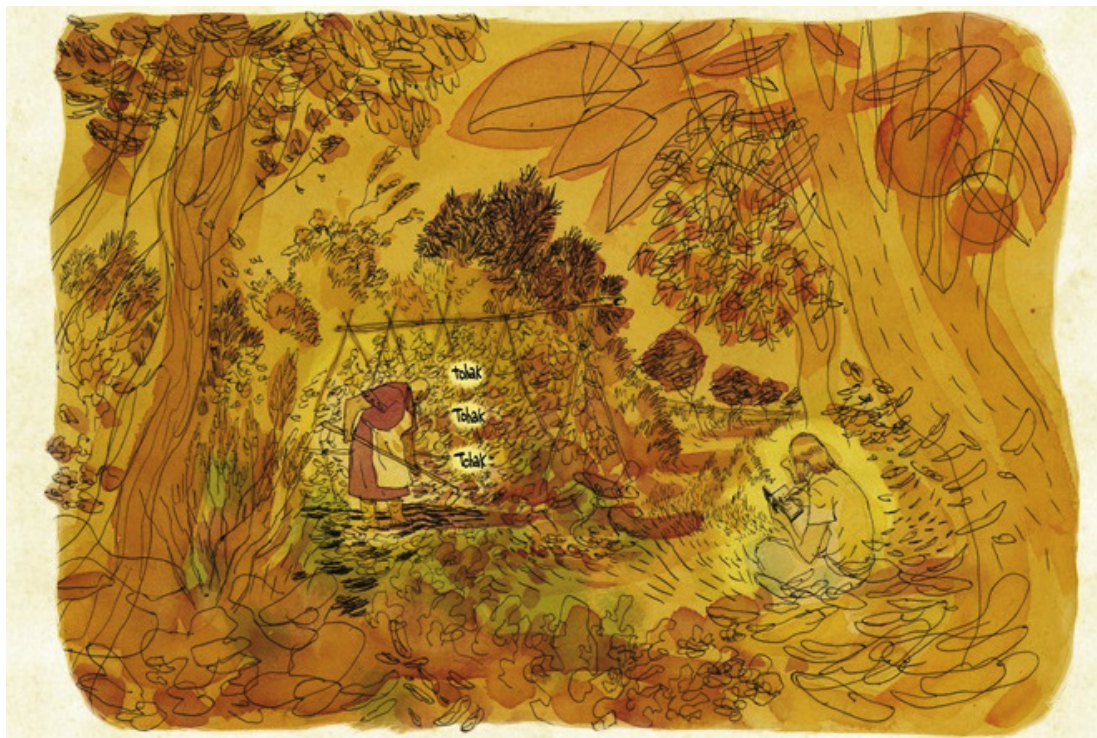


Imagem 27: Cyril Pedrosa, *Portugal*, 2011a (pormenor p. 219; http://cyrilpedrosa.blogspot.pt/2011_01_01_archive.html)

A partir deste momento, Simon investe o jardim e desenha enquanto Amélia cuida dele. Até ao dia em que Simon toma conta do jardim e, simbolicamente, da sua vida. Pela primeira vez, pega na mangueira e rega o jardim familiar, que banha numa luz quente e alaranjada de fim de tarde. (Pedrosa, 2011: 219-222). Mas qual não é a surpresa de Simon quando, no dia seguinte às festas de S. João, regressa a casa, de madrugada, de bicicleta, cumprimenta Amélia – que já está no jardim, a trabalhar – em português: – “Olá, Amélia! Euh... Tu trabalhar muito... tu gostar do jardim?” e Amélia lhe responde: “Oui. Ça me plaît, le jardin.”! Simon solta uma gargalhada. Amélia explica-lhe que esta havia sido a única maneira de conseguir que ele falasse português.

O romance gráfico termina com Simon a escrever ao pai, explicando que ainda conta permanecer mais um tempo em Portugal, mas que gostaria que fizessem a viagem juntos, um dia; envia-lhe, também, um postal escrito em português pelo avô – Pépé – em França e dirigido ao seu irmão Abel, em Portugal. Postal para o qual o pai de Simon terá de pedir uma tradução se quiser ficar a conhecer o seu conteúdo, uma vez que não fala a língua paterna – língua essa que, no acto de ruptura com o país natal, o seu próprio pai – o avô de Simon - nunca lhe transmitira. Numa mesa-redonda organizada pelo Groupe Anthropologie du Portugal e o Centro Cultural Português em Paris, em 2005, a editora Anne-Marie Métailié apresentou um depoimento interessante sobre o papel que desempenham as traduções literárias junto dos “lusos-descendentes” e para o qual estes últimos lhe chamam regularmente a atenção: a tradução permite-lhes aceder à literatura do país dos pais ou dos avós que de outro modo lhes ficaria vedada.

3. MEMORYSCAPE E PAISAGEM: UMA REFLEXÃO EM CURSO

Se o sumário da emigração portuguesa na primeira metade do século XX aponta para mais de dois milhões de indivíduos que partem para o Brasil, os Estados Unidos, a África do Sul, o Canadá, a Venezuela, a Alemanha Ocidental, a Espanha, a Holanda, a Suíça, etc., etc., perto de 800 000 fizeram-no no decurso dos anos 1960-1970, na sua grande maioria para França. Verifica-se então o esvaziamento das áreas rurais: o perfil do emigrante activo até início dos anos 1960 é o do activo do sector primário, em especial nos distritos do Norte, Centro e Ilhas, nos anos 1970, emigram principalmente os activos do sector secundário, excepto nos distritos mais rurais do Norte e nos distritos do Sul e Ilhas. A observação, na longa duração, do movimento emigratório nacional permite reter dois factos: que se trata de uma constante na sociedade portuguesa e que o seu aumento é permanente. Porém, e embora existam certas constantes, a emigração portuguesa nada tem de um "movimento natural da população". Ela é, sim, o resultado mais ou menos permanente de diferentes situações históricas e sócio-económicas, que devem ser analisadas caso a caso por forma a combater o mito do "irrequieto espírito aventureiro do povo português", uma das form(ul)as (cómodas) através da qual o país procura/procurou evitar o confronto com a sua história mais recente. E que a actualidade política, económica e social veio relançar. Quando muito, em Portugal, a emigração pode ser encarada sob o prisma do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1979), no sentido em que as populações atribuem tão pouco crédito aos seus dirigentes políticos, que a emigração se inscreveu como um reflexo e uma forma de resposta – um *habitus* - à ausência de soluções para os seus problemas.

As cinco situações expostas cobrem o arco temporal da história portuguesa contemporânea (século XIX e XX) e exprimem a complexidade dos efeitos que a emigração produz, de forma duradoira, através de gerações. No tempo das migrações interplanetárias em que vivemos, este dado não é, de modo algum, uma *lapalissade* nem uma banalidade, mas tão só o verdadeiro cerne da questão. A mobilidade erigida enquanto princípio da identidade individual e colectiva desenha uma nova ontologia social e cultural. Mas se a mobilidade associada ao lazer e à actividade profissional (se) alimenta (de) um imaginário de referência simultaneamente marcado pela globalização do espaço, a velocidade das circulações e a recusa de um enraizamento definitivo, o mesmo não acontece com as dezenas de milhões de pessoas que se vêem obrigadas a deixar os seus lugares e os seus países de origem, empurradas pela miséria económica, pelos conflitos e pelas guerras, pelos problemas ambientais (cheias, fogos, acidentes nucleares..).

Porém, o diário de Maria L. Gomes recorda a complexidade da situação do migrante "voluntário". Com efeito, as dificuldades sentidas pela mulher do chefe de posto assemelham-se a muitas das dificuldades encontradas pelas mulheres emigrantes no estrangeiro, embora as suas posições sejam antagónicas nos contextos de chegada em que se inserem. Enquanto mulher de colono instalada em Angola, Maria Leal Gomes está "na mó de cima", passando-se exactamente o contrário com a

portuguesa que emigra para França na segunda metade do século XX, que está “na mó de baixo”. E se ambas vêm do mundo rural, os estratos diferem: enquanto Maria L. Gomes pertence a um estrato da burguesia rural do Douro Litoral, sem problemas económicos, a maior parte das mulheres que emigraram vinham dos meios rurais desfavorecidos (Minho, Trás-os-Montes, Beiras, ...). Há, portanto, logo à partida, outra diferença substancial, desta feita quanto ao contexto de partida: enquanto a primeira parte “voluntariamente”, as segundas fazem-no por necessidade. Outra diferença de peso, ainda, a ter em mente são os itinerários traçados fora do país natal (as “províncias ultramarinas” não são “país natal”): enquanto o itinerário individual de Maria L. Gomes é um itinerário eminentemente rural através das “micro-comunidades colonas embrenhadas nos sertões”, grande parte dos itinerários dos emigrantes em França são itinerários urbanos ou peri-urbanos, que passam pelas grandes aglomerações.

O que aproxima então, em termos de vivência, a mulher do chefe de posto das mulheres emigrantes em França? Em ambos os casos, representam uma minoria étnica, fixada num ambiente estranho e/ou adverso. Se para os colonos, “a sobrevivência dependia de mecanismos de vigilância sobre uma população nativa, maioritária e potencialmente hostil” (Castelo, 2006), a sobrevivência dos emigrantes em França dependia dos laços de solidariedade e das estruturas comunitárias que conseguissem criar para enfrentarem o desconhecido da sociedade urbana francesa. Face ao desconhecido (que, no caso da mulher do chefe de posto, é o interior angolano e, no caso da mulher (do) emigrante, frequentemente o subúrbio de uma grande cidade), tanto o funcionário colono como o emigrante são elementos deslocados, vulneráveis e ameaçados, a quem se exigia uma enorme capacidade de adaptação.

No caso do colono/pequeno funcionário administrativo, a frequente mudança de residência e de território sócio-cultural dificultou a interacção cultural e social e potenciou o afastamento étnico, ficando assim demonstrado até que ponto ele não era natural daquela terra. O contacto com os outros brancos era muito esporádico e passageiro, quase tão espaçado no tempo como as notícias da metrópole. O diagnóstico de dificuldades é partilhado por outros colonos e “o facto do próprio corpo administrativo colonial sentir grandes dificuldades logísticas” indicia, juntamente com “a sua presença reduzida e isolamento físico”, “a incompletude do domínio colonial, mesmo já no pós-II Guerra Mundial.” (Castelo, 2006).

É este isolamento e o desconhecimento do meio envolvente e das línguas nativas que impele Maria L. Gomes a plantar hortas, para se entreter. A (re)criação da horta funciona como um estratégia de preservação da identidade. Simultaneamente espaço de identificação pessoal, espaço cultural – no sentido etimológico do termo -, espaço afectivo e espaço de lazer, todas as hortas que Maria L. Gomes planta ao longo dos trinta anos em que percorre o interior de Angola “duma ponta à outra”, constituem uma recriação permanente do mundo rural português de onde descende Maria L. Gomes e cuja materialização a ajuda a enfrentar o isolamento em que vive. A constante experiência do recomeço, inerente às mudanças de posto do marido,

obrigam Maria L. Gomes a uma reinvenção permanente da sua identidade, que evolui ao contacto dos vários meios envolventes por onde passa, em interacção com esse Outro que são os colonizados. Devido ao seu isolamento, Maria L. Gomes desenvolve laços de reciprocidade e de “solidariedade feminina, feita de cumplicidade de género” com as mulheres das populações locais por onde passa. E as suas hortas reflectem essa vivência: às sementes que trazia de Portugal, aos limoeiros e às laranjeiras vieram juntar-se ananases, abacaxis, fruta-pinhas, sape-sapes. Plantou também flores. E fez muitas compotas com a ajuda dos saberes locais. A complexidade das relações entre os colonizadores e as populações indígenas realça a importância da postura pessoal e de certas estratégias de reciprocidade ou de contrapartidas simbólicas.

Dentro de um contexto de chegada diferente, mas igualmente marcado por fortes assimetrias estruturais das relações entre populações locais e emigrantes, a mulher imigrante em França experimenta os mesmos sentimentos de estranheza e de isolamento face a um mundo urbano (capital ou outras aglomerações importantes) que desconhece e onde tudo lhe era estranho: os modos de vida, a língua, as grandes distâncias a percorrer para tudo, os transportes públicos (sobretudo o metro), a administração representavam um rol de dificuldades sem fim que foi preciso vencer. Os portugueses sempre procuraram evitar a dispersão, contra a qual lutaram desenvolvendo um formidável movimento associativo, que foi uma das estratégias inventadas para enfrentarem esse mundo hostil. Antes da constituição da rede associativa (anos 80), os bairros de lata nos subúrbios dos centros urbanos constituíram, de certo modo, a reprodução possível da aldeia portuguesa com os seus laços de sociabilidade e as suas estruturas de entreatajuda.

Contrariamente à maior parte das mulheres emigrantes de outras nacionalidades em França, a portuguesa teve sempre um papel activo no mundo do trabalho, o que constituiu um factor determinante no seu processo de urbanização. Assim, se Maria L. Gomes interagiu com as populações locais devido à focalização (forçada) no (seu) espaço doméstico, no caso da mulher imigrante em França foi a não focalização exclusiva neste (seu) espaço e a interacção com o meio francês através do contacto profissional diário com as “patroas”, no espaço doméstico delas, que favoreceu a dinâmica de reinvenção da sua identidade. Ao longo deste processo longo e difícil, a horta e o jardim desempenharam um papel idêntico ao da mulher do chefe de posto em Angola: materializaram a ligação da mulher imigrante em França à terra (natal) e ao mundo rural das suas origens ao mesmo tempo que testemunham desse processo criativo que foi a progressiva instalação no “país de acolhimento” e da sua progressiva urbanização multifacetada e caleidoscópica que traduz o variado leque de relações estabelecidos entre os imigrantes portugueses e as populações locais.

Assim, ao longo dos últimos cinquenta anos, os espaços verdes que envolvem as casas dos emigrantes nas aglomerações francesas em que vivem, sofreram uma alteração significativa: primeiro, dominaram as hortas, que ocupavam a quase

totalidade dos espaços verdes; ao centro da horta dominava a couve galega; com o tempo, as hortas foram-se chegando para as traseiras das casas ao passo que a parte da frente se foi cobrindo com plantações “à francesa”; hoje, as hortas tornaram-se raras e predominam os “jardins à francesa”, floridos, mesmo em La Roche Blanche. Aquilo que os portugueses empreenderam nesta antiga aldeia vitícola foi um acto de reabilitação, mas não de restauro. Neste sentido, não se pode falar de preservação de um património. Na prática, realizaram uma progressiva e consequente transformação de um património rural existente, praticamente abandonado, através da qual operaram a sua própria transformação e urbanização. Actuaram, assim, como agentes entre o urbano e o rural e, mais do que isso, contribuíram, afinal, para o desaparecimento de uma parte do mundo rural evocado por Abel Poitrineau (1999).

Dentro desta perspectiva, num primeiro tempo, a transição patrimonial e afectiva evocada por Jacques Barou, entre o mundo rural português (de origem) e francês preencheu a mesma função que a do *bidonville* em Paris: permitiu a coesão da família e a progressiva implantação local. Com uma diferença notória: nos arredores de Paris foi precisa muita imaginação para reinventar um simulacro de vida da aldeia que permitisse atenuar o embate violento que foi o transplante das pacatas e muitas vezes atrasadas aldeias do mundo rural português dos anos 1960 para a “megapole” parisiense. Em La Roche Blanche, e muito embora o aspecto da aldeia em declínio, fosse certamente aterrador, conforme o exprimiu uma das habitantes portuguesas, o cenário pré-existia e “apenas” foi necessário insuflar-lhe nova vida. Em La Roche Blanche existiu, assim, uma conjugação de factores que permitiu a ambos os lados (portugueses estrangeiros e rurais franceses) operar essa transição de um modo mais ou menos pacífico. Agora, depois de o crescimento urbano estar assegurado, há que continuar a garantir (do ponto de vista do concelho) aquilo que faz o seu *charme* e procurar salvaguardar aquilo que para os portugueses também se tornou património: os restos do mundo rural que ajudaram a transformar e que constitui, agora, um ponto de atracção para novos residentes.

Voltando agora ao início do texto e à evocação do horto do *Velho* e do horto bíblico. No tocante à horta-jardim em contexto migratório, simultaneamente remiscência de um passado rural e/ou operário e recriação constante da identidade em movimento através de arranjos e de plantações em contínua recomposição, talvez possamos, agora, associá-la a uma espécie de paraíso, mais ou menos perdido, onde homens e mulheres esquecem as privações da e/i/migração e dão largas à sua imaginação. A mãe de Maria Pinto (2005), filmada no seu jardim pela realizadora, exprime perfeitamente o lado “terapêutico” que esta actividade reveste no universo, por vezes desolador, dos primeiros tempos da e/i/migração:

J'adore toutes les fleurs, les blanches, les jaunes, les rouges. [...] As flores em Portugal são como as de França. Há mais flores em Portugal porque é um país mais quente. Quando vou lá, trago flores de lá práqui. Mas muitas morrem aqui. Gosto de semear flores, de as ver puxar na terra. Quando faço isso, esqueço-me de tudo. [...] “Antes, aqui era um potager, mas era muito duro revolver a terra.

De sua mãe, a narradora diz: "*Même dans le bidonville, il y avait des fleurs le long des palissades.*"

O carácter indizível que reveste a e/imigração portuguesa em França – Cyril Pedrosa fala de "amor e vergonha" como possível divisa do imigrante naquele país – a ambivalência que caracteriza os protagonistas desta gesta, entre uma ligação muito forte, estruturante, ao país de origem da família, e um sentimento de vergonha dessa diferença, porque a emigração portuguesa não é forçosamente muito conhecida nem valorizada, é uma constante da obra de carácter mais ou menos autobiográfico de uma geração de filhos de portugueses que hoje têm entre 40 e 50 anos, sinal de que a e/i/migração não pára de produzir efeitos decorrentes da ruptura cultural e linguística que representa. No seu filme *Le pays où l'on ne revient jamais* (2005), José Vieira, para quem a e/imigração em França foi um choque de tal ordem que perdeu a memória da infância, revisita Portugal e entrevista o pai regressado ao país depois de 16 anos de vida em França. O filme diz a imensa dificuldade do diálogo – praticamente impossível – entre pai e filho e traduz também a violência que representa qualquer tentativa (inútil) por parte do filho (que procura explicações para a vida deles) de forçar a palavra e a violência do silêncio (torre inexpugnável em que se refugiou o pai). Caminhando entre o imaginário do e/imigrante e a realidade da e/imigração, entre desejos e constrangimentos comuns a todos os exílios, o filme deixa antever aquilo que Cyril Pedrosa – e, através dele, Simon Muchat – possivelmente procurou evitar em *Portugal*: a do conflito aberto com a questão das origens e com a própria família. A questão está em saber, como é que o autor trabalha a incomunicabilidade transgeracional daqui em diante, quais os efeitos do livro-fruto da viagem que mudou a sua vida e, *last but not least*, se retomarão o fio da tradição familiar, plantando a sua própria horta-jardim.

BIBLIOGRAFIA

- Barou, J. (1987) *L'habitat des étrangers dans le département du Puy-de-Dôme: rapport d'étude*, Puy-de-Dôme: Clermont-Ferrand: DEE.
- Barou, J. (1997) 'En Auvergne, une immigration portugaise en milieu rural', *Hommes & Migrations*, 1210: 49.
- Beauvoir, S. (1963) *La Force des Choses*, Paris: Gallimard.
- Bourdieu, P. (1979) *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Castelo, C., Melo, D. (2006) 'Autobiografia de Angola colonial: memórias da mulher dum chefe de posto (1945-1975)', *Lusotopie*, vol. XIII (1), Leiden/ Boston: Brill Academic Publishers (for CNRS-Bordeaux), 95-115.
- Cardoso, I. L. (2012) "'Maisons de rêve' et insurrection esthétique au "berceau de la nation"; *Paysages en Migrations – Les Carnets du Paysage*, Paris: Actes Sud / Ecole Nationale Supérieure du Paysage.
- Cardoso I.L. (2009) *Imaginário e a história das casas dos 'Portugueses de França'*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento (2 vols.).

- Cardoso, I. L. (2001) 'La Roche Blanche. Uma aldeia portuguesa em França', *História*, 36: 54-57.
- Dante, D. (1973) *Lorette et les autres*, (documentário, 16mm, 40m)
- Duby, G. (2001) *L'Histoire continue*, Paris: Editions Odile Jacob.
- França, J. A. (1966) *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Livraria Bertrand, tomo II.
- Gomes, M. A. N. L. (1998) *Andanças a preto e branco (Memórias da minha vida e andanças por Angola)*, Ermesinde: Jotafe.
- Krieenbühl, J. (1998). *Malerei der Leidenschaft: Peinture de la passion*, Basileia: Friedrich Reinhardt Verlag.
- Margarido, A. (1999) 'Elogio do "Bidonville"', *Latitudes*, Paris, 5: 14-20.
- Matos, R.S. (2011) *The ethics and aesthetics of allotment gardens*, comunicação apresentada na Conferência Internacional ECLAS 2011 "Ethics/Aesthetics", Sheffield, 7-10 Set, em Inglaterra.
- Nuttall, M. (1992) 'Memoryscape: A sense of locality in Northwest Greenland', *North Atlantic Studies*, 1 / 2: 39-50.
- Oliveira, J. de (1963-1964), 'Humanidade e grandeza do "Velho da Horta"', Separata da Revista *Ocidente*, LXV/LXVI: 1-96.
- Pedrosa, C. (2011a) *Portugal*, Bélgica: Dupuis.
- Pedrosa, C. (2011 b), Entrevista de Cyril Pedrosa: <http://myreplay.tv/v/KB73wr5u>, 21/9/2011 [última consulta 20/1/2014].
- Pedrosa, C. (2011c), Making-off do livro Portugal de Cyril Pedrosa: http://www.youtube.com/watch?v=KzavAGsjHr8&feature=player_embedded, 2/3/2011 [última consulta 20/1/2014].
- Pélissier, R. (2007) 'De Angola a Timor: uma navegação sem GPS', *Análise Social*, XLII (183): 583-601.
- Pinho, H. (1978) *Portugueses na Califórnia*, Lisboa: Editorial Notícias (prefácio de Jorge de Sena e posfácio de Eduardo Mayone Dias).
- Pinto, M. (2005) *Explication des salamandres: documentaire*, S.L.: Antoine Martin, Vídeo (52m).
- Poitrineau, A. (1999) *L'architecture rurale française. L'Auvergne*, S.L. : Editions A Die.
- Renan, E. (1859) *Essais de morale et de critique*. Paris: Michel Lévy. Citado por C. Grignon (1988), 'Composition romanesque et construction sociologique. L'anatomie du goût populaire chez Zola.' *Enquête*. Varia: <http://enquete.revues.org/document60.html>, [última consulta 10/1/2014]:
- Sousa, A. T. de (1972) 'Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de habitação e de trabalho', *Análise Social*, 33 (1): 11-63.
- Widmer, H. (1982) *Jürg Kreienbühl*, Basileia: Edições Galerie "zem Specht".